



GT Comissões Setoriais

Grupos de Trabalho envolvidos

GT Secult-PE

- **Estruturação das Comissões Setoriais de Cultura**
- **Membro(a)s:** Ellen Meireles, Fernanda Matos, Jorge Clésio, Maria Paula Rego, Zezo Oliveira e Teresa Amaral
- **Produtos:**
 - Levantamento do histórico da estruturação, institucionalização e implantação de política de participação social na gestão cultural de Pernambuco;
 - Levantamento das demandas de participação social;
 - Minuta de normas regulamentadoras das Comissões Setoriais de Cultura, eleitas na IV Conferência Estadual de Cultura de Pernambuco.
- Proposta apresentada com base nas contribuições da servidora Teca Carlos, pactuada com a equipe da Gerência de Política Cultural (GPC) e com a Gerente-Geral de Preservação e Patrimônio Cultural, Célia Campos, a Secretária Executiva, Silvana Meireles e o Núcleo Gestor da Secult/Fundarpe.

GT CEPC-PE

- **Comissões Setoriais de Cultura**
- **Membro(a)s:**
 - Cláudio Gomes, Gabriela Apolônio, Livia Aguiar, Modesto Lopes, Teresa França, Williams Santana;
 - Secult-PE: Ana Paula Reis, Diego Santos, Fernanda Matos, Severino Pessoa, Silvana Meireles (Secult-PE);
- **Reuniões:** 24/09 e 01/10/2018;
- **Produtos:** análise, complementação e validação das propostas da Secult-PE;



1.
Modelos

2.
Demandas

3.
Proposta

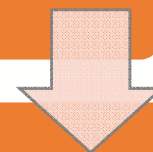




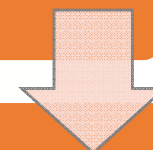
Modelos

1. Modelo Estadual de Participação Social Gestão Cultural de Pernambuco

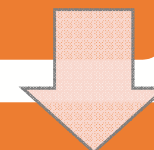
Lei nº 6.003/1967: criou o Conselho Estadual de Cultura



Décadas de 1980 e 90: encontros setoriais e de política cultural para a Região Nordeste



Portaria FUNDARPE nº 5/2009: Modelo de Cogestão da Política Pública de Cultura



Portaria FUNDARPE nº 6/2010: Modelo de Gestão Participativa, por meio de canais de cogestão.



• Portaria nº 5/2009

Art. 6º. O Sistema Estadual de Cultura, composto por **órgãos deliberativos, consultivos e executivos**, é estruturado em **modelo de gestão partilhada** com **representação do Poder Público e da sociedade civil de forma paritária, via canais de participação**, conectados nos âmbitos estadual e regional através dos seus conselhos, fóruns e comissões em sintonia com o Sistema Nacional de Cultura.

Parágrafo único - **Na representação da sociedade civil** para compor os canais de participação, estará garantida a **representação das 12 (doze) regiões do estado e diferentes linguagens artísticas e culturais**.

Art. 7º - O Patrimônio Cultural de Pernambuco material e imaterial será preservado, salvaguardado e sua transmissão garantida por patrimônios vivos, segundo o Sistema Estadual de Preservação e leis específicas no âmbito da Política Pública de Cultura.

• Portaria nº 6/2010

Art. 1º - **Ficam instituídos o Fórum Estadual de Cultura e os Fóruns e Comissões Setoriais e Regionais**, no âmbito da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, visando assegurar, através dos **canais de cogestão, o modelo de gestão participativa**.

Art. 2º - A intervenção da FUNDARPE, para implementação do acima disposto, será planejada, desenvolvida, monitorada e avaliada segundo princípios, diretrizes e objetivos dispostos na Portaria n.º 05, de 24 de agosto de 2009.

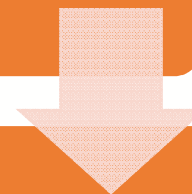
Modelo de Cogestão (2010)



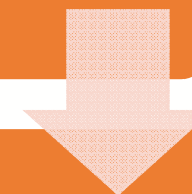
2. Modelo Federal

Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação

Decreto-Lei Nº 74/1966: Conselho Federal de Cultura, organizado em Câmaras (Artes, Letras, Ciências Humanas e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e Comissões (Legislação e Normas e Especiais)



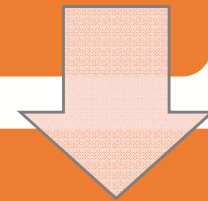
2013: criação das Câmaras setoriais da Funarte



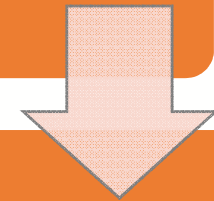
Lei Nº 8.313/1991 (Lei Rouanet): criação da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC)



Decreto nº 5.520/2005: criação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) composto por Colegiados Setoriais



2011: Proposta de estruturação, institucionalização e Implementação do SNC



PEC nº 71/2012: criação do Sistema Nacional de Cultura e previsão de estrutura para todas as esferas da federação (Art. 216-A)



3. Instrumentos de participação social acumulados em Pernambuco

Conselhos estaduais de cultural

1967

Conselho Estadual de Cultura

2014

Conselho Estadual de Política Cultural
Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
Conselho Consultivo Audiovisual

Encontros

2005

Fórum Governo nos Municípios

2007/2011/2015

Todos por Pernambuco

Fóruns e comissões

2007 a 2009 e 2011 a 2012

41 Fóruns Regionais e Setoriais de Cultura e 31 Comissões Regionais e Setoriais de Cultura

2008

Fórum Estadual de Gestores

2010

Fórum Estadual de Cultura

2012

Forúm Estadual de Cultura

Conferências Estaduais de Cultura

2005

I Conferência Estadual de Cultura

2009

II Conferência Estadual de Cultura

2013

III Conferência Estadual de Cultura

2017/2018

IV Conferência Estadual de Cultura

Comissões de avaliação

2002

Comissão Deliberativa do Funcultura

2005

Comissões de avaliação Patrimônios Vivos

FIG, ciclos culturais, Arraial, pareceristas do Funcultura, prêmios, entre outras

Planejamentos

2011 e 2012

Seminários de Planejamento Estratégico Situacional,
12 Planejamentos Estratégicos Situacionais Regionais
13 Planejamentos Estratégicos Setoriais

2009/2010

Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural

Escutas públicas

2002 - ...

Reformulação dos editais e resoluções do Funcultura = Comissões setoriais

2014 e 2015

Reformulação de Conselhos

2016

Reformulação da lei do SIC

2016/2017

Escuta do PELLB

2017

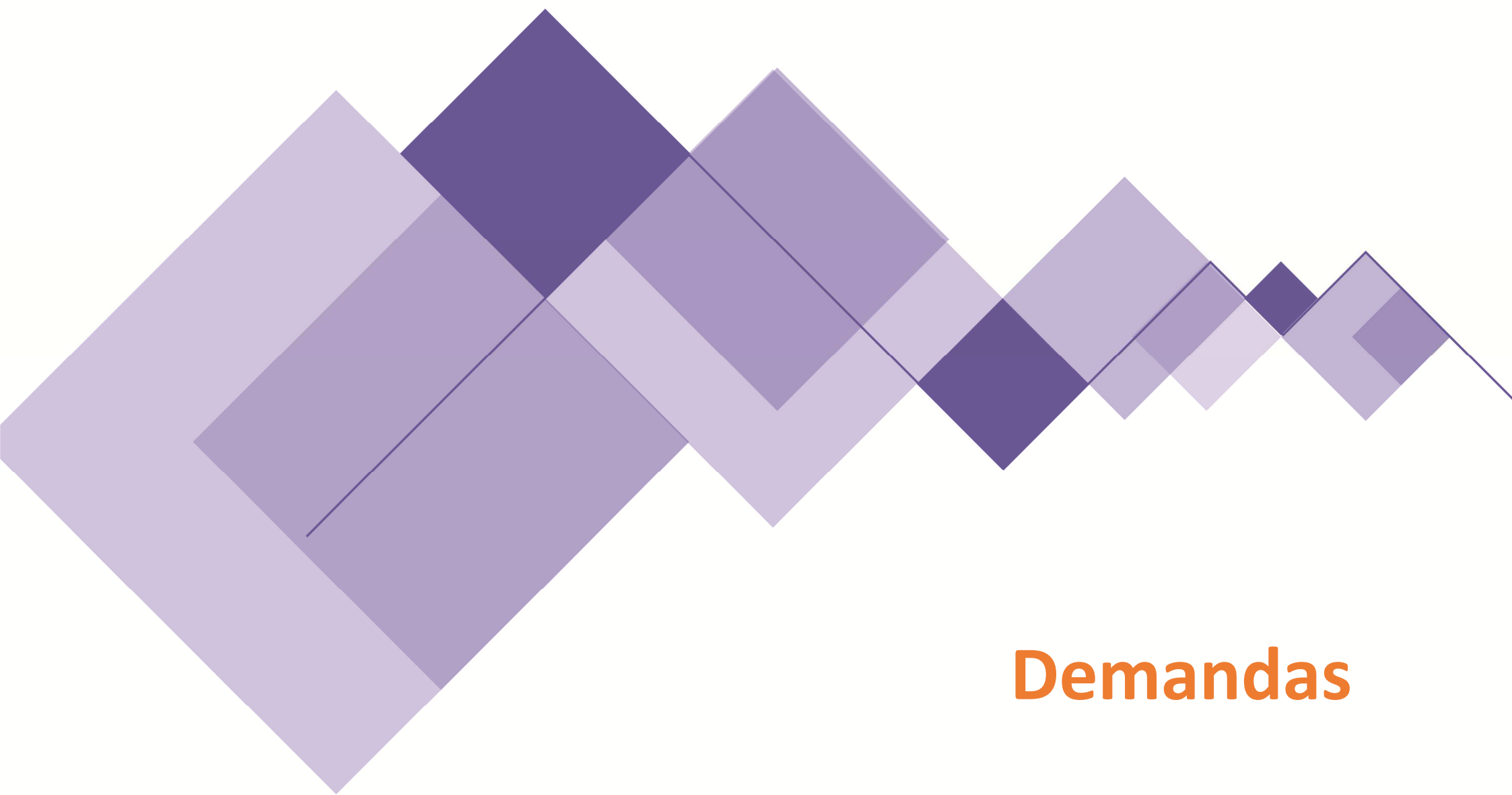
Reformulação da Lei 14.104

**Comissões
Setoriais
(2018)**

**Conselho
Estadual de
Política
Cultural
2014/2015**

**Conselho
Estadual de
Preservação do
Patrimônio
Cultural (CEPPC-
PE), 2014/2015**

**Conselho
Consultivo do
Audiovisual
(CAudv),
2014/2015**



Demandas

Demandas do Estado de Pernambuco

1ª Conferência Estadual de Cultura (2005):

- Eixo 1 (Gestão Pública da Cultura)
- "2. Reestruturar o Conselho Estadual de Cultura com a implementação do Conselho Estadual de Política cultural com composição paritária, poder público-sociedade civil para propor, formular fiscalizar e acompanhar a execução das políticas públicas de cultura em nível estadual, bem como elaborar o Plano Estadual de Cultura, a partir das diretrizes definidas nas Conferências Estaduais de Cultura. A representação do poder público deve contemplar a transversalidade ao nível do governo estadual, bem como a representação da União e dos Municípios. **A representação da sociedade civil deve ser eleita diretamente nos Fóruns Permanentes e contemplar os diversos segmentos culturais e todas as regiões do Estado**";
- "8. **Criar Fóruns Permanentes de Cultura regionais**, para o fortalecimento das políticas públicas nos municípios como parte integrante do Conselho Estadual de Política Cultural";

2ª Conferência Estadual de Cultura (2009):

- Eixo 5
- "1 - Reestruturar em caráter de urgência e obrigatório o Conselho Estadual de Política Pública de Cultura, sendo este de caráter normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador, garantindo a participação paritária entre sociedade civil e poder público, **sendo os membros representantes da sociedade civil eleitos por voto direto dos componentes de cada fórum permanente por linguagem e região**, integrado ao Conselho Estadual de política cultural, nos moldes do Sistema Nacional de Cultura".
- "6 - **Regionalização do Sistema Nacional de Cultura com Planos, Fundos e Comissões Regionais**";

3ª Conferência Estadual de Cultura (2013)

- Eixo I - Implementação do Sistema Nacional de Cultura
- 9. Elaborar Plano Estadual de Cultura e institucionalizá-lo em Lei, conforme determina o Sistema Nacional de Cultura, **a partir das demandas das Comissões Setoriais, das 12 RD's** e das deliberações da 3a CEC, com a garantia de promover políticas públicas estruturantes.
- 24. Promover a elaboração e a institucionalização de **Planos Setoriais de Cultura**, integrados ao Plano Estadual de Cultura, **elaborados democraticamente com a sociedade civil e as comissões setoriais**.
- 42. Estimular a formação dos sistemas municipais de cultura, através de **encontros, reuniões e Fóruns**.
- Eixo III - Cidadania e Direitos Culturais
- 220. Ampliação dos recursos financeiros em formação/qualificação em cursos, oficinas, **fóruns**, seminários com conteúdos de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio e demais áreas da cultura.
- 229. **Implantar conteúdos transversais** às políticas públicas de acessibilidade e as políticas afirmativas de gênero, étnico racial e LGBT **nas comissões setoriais de cultura**.
- Eixo IV - Cultura e Desenvolvimento
- 252. Construir os planos estratégicos dos festivais promovidos pelo estado focando no desenvolvimento sustentável do município polo e dos circunvizinhos, tendo por base a política nacional de economia criativa, organizando chamadas públicas para as atividades **via comissões seletivas soberanas e paritárias**, e passando as atividades de produção para os empreendedores criativos.
- 280. Criar centros culturais para reunião, debate, **fóruns** e congressos nos municípios.

IV Conferência Estadual de Cultura (2017/2018):

- EIXO 2. Gestão, Infraestrutura e Participação Social. Objetivo Estratégico 2.1. **Fortalecimento contínuo das instâncias de participação, articulação, pactuação e deliberação das políticas estaduais de cultura.**
- Ação estratégica.1 - **Reativar, institucionalizar e fortalecer as Comissões e Fóruns Setoriais e Regionais de Cultura.** (E2-OE2.1-AE1).
- Ação estratégica.4 - Estruturar **apoio administrativo, logístico, técnico e financeiro** aos Conselhos e às **Comissões Setoriais e Regionais** do Sistema Estadual de Cultura de Pernambuco, com atenção à acessibilidade, possibilitando a itinerância das reuniões desses Conselhos. (E2-OE2.1-AE4).

Todos por Pernambuco (2015)

- Eixo 2: Criação e ampliação dos canais de participação da sociedade na gestão da cultura
- **Realizar fóruns, com a participação dos secretários de cultura e turismo do Estado, que promovam a participação social nas regiões de desenvolvimento, com o objetivo de promover capacitação, elaboração de planos, sistemas, fundo, projetos, cursos de formação cultural, estudos, pesquisas e exposição de projetos e trabalhos artísticos da região**

Programa de Governo Paulo Câmara

- **Meta: Criar e ampliar os canais de participação da sociedade na gestão da Cultura.**
- **Ação: Formação de comitês com os segmentos, para institucionalização da ação política, no âmbito da Secretaria de Cultura.**

Plano de Trabalho de Cultura 2011

- **Calendário de Cogestão. Criar um processo anual de discussão democrático: Encontro Estadual de Gestores de Cultura; Fóruns Regionais de Cultura De abril a julho em todas as RDs; Fórum Estadual de Cultura; Renovar mandato das Comissões; Reunir as comissões três vezes ao ano.**
- **Plano Estratégico Anual de Cultura de cada Região:** Realizar a Conferência Estadual de Cultura. Custo estimado em R\$ 300.000,00; Realizar debates e campanhas sobre Sistema Nacional, Estadual e Municipal de Cultura.

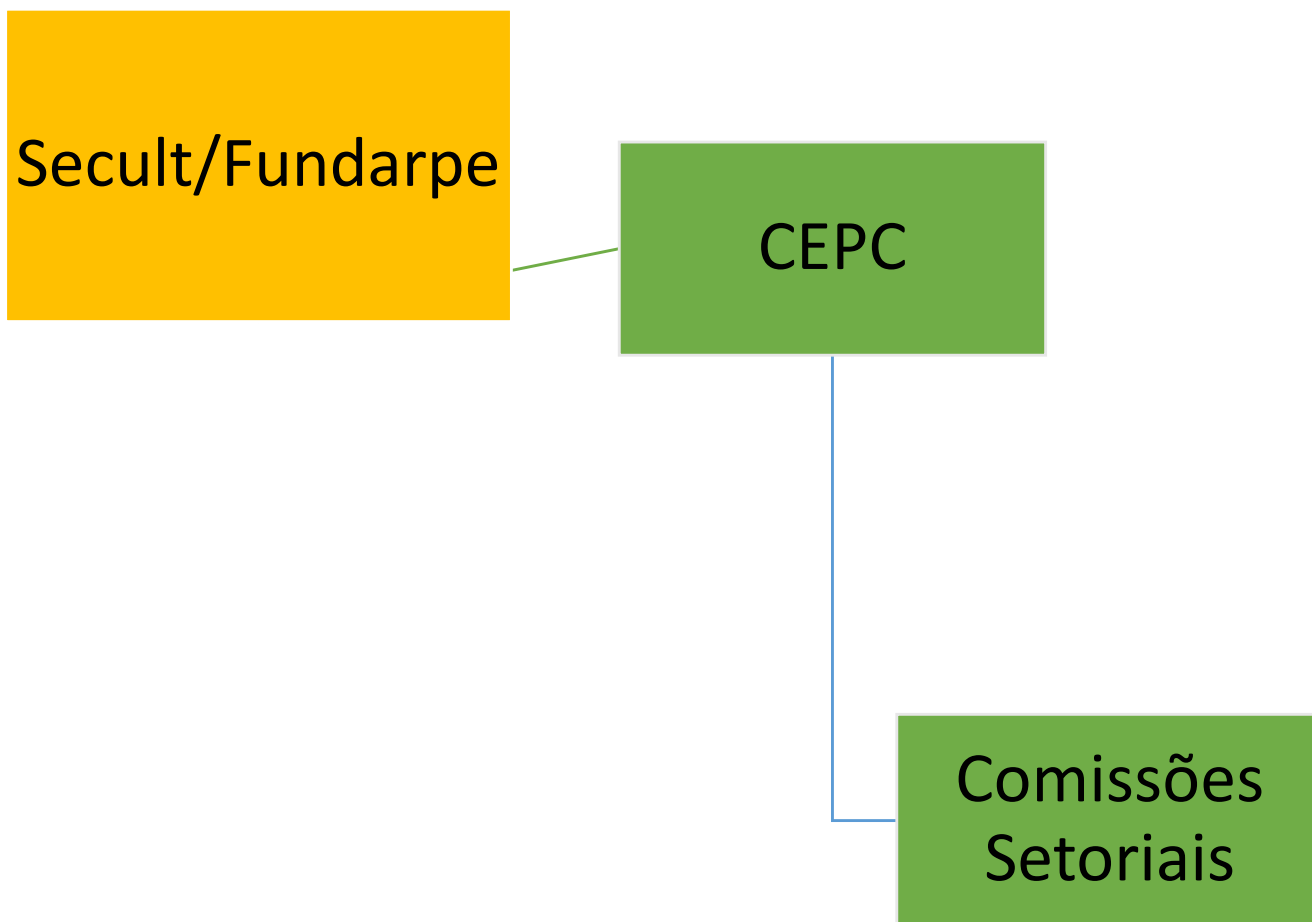
Planejamento Estratégico 2015-2018

- Linha de Ação 3.4 Formação na área da cultura
- Eixo Estratégico 3. Fortalecimento da gestão cultural e da participação democrática
- **A. Estruturar e implementar programa de formação em gestão e formulação de políticas públicas para gestores públicos municipais, conselheiros de cultura e integrantes das comissões regionais e setoriais.**



Propostas

Relações entre instâncias de representação no CEPC-PE



Proposta de estruturação

- Comissões de assessoramento ao CEPC-PE
- Caráter consultivo, articulador, participativo, propositivo e informativo

Definição

- Resolução do Conselho
- Posse conjunta com Conselho
- Regimento interno do Conselho
- Regimento das Comissões Setoriais de Cultura

Institucionalização

- Sociedade civil: membro(a)s eleito(a)s nas Pré-Conferências Setoriais de Cultura da IV CEC - PE;
- Conselheiro(a)s representantes do segmento são membro(a)s nato(a)s;
- Poder Público: Coordenador(a)/Assessor(a) do segmento da GPC/Secult que é interlocutor(a) da Secult (a ser indicado(a))

Composição

Proposta de estruturação

- Informar e debater as demandas e necessidades do setor
- Reconhecer as diferentes redes setoriais no Estado e suas potencialidades
- Propor a formulação e debater sobre a política, as diretrizes e as estratégias para o setor
- Articular o processo de elaboração dos Planos Setoriais
- **Monitorar os planos setoriais de cultura**

Atribuições

- Mínimo de 4 reuniões ordinárias/ano
- Coordenação de Conselheiro(a) titular do segmento
- No caso da Comissão de Cultura Popular, o(a)s 3 Conselheiro(a)s são nato(a)s, mas a escolha da presidência será feita pelo Colegiado do CEPC-PE
- Estímulo ao contato virtual (Mapa Cultural)

Funcionamento

- Mandato de 2 anos, renovável por igual período
- Eleição conjunta para Membro(a)s das Comissões Setoriais e Conselheiro(a)s do CEPC em fóruns específicos para cada segmento

Eleições

12 COMISSÕES SETORIAIS

Dança, Artes Visuais, Fotografia, Música, Cultura Popular, Gastronomia, Design & Moda, Circo, Ópera, Teatro, Literatura e Artesanato.

- Dança – 6 Titulares e 2 Suplentes
- Artes Visuais – 6 Titulares e 6 Suplentes
- Fotografia – 6 Titulares e 6 Suplentes
- Música – 6 Titulares e 6 Suplentes
- Cultura Popular – 6 Titulares e 5 Suplentes
- Gastronomia - 6 Titulares e 6 Suplentes
- Design & Moda – 6 Titulares e 1 Suplente
- Circo – 6 Titulares e 6 Suplentes
- Ópera – 3 Titulares e 3 Suplentes
- Teatro – 3 Titulares e 3 Suplentes
- Literatura – 6 Titulares e 6 Suplentes
- Artesanato – 6 Titulares e 6 Suplentes